

**INTERVENÇÃO
DE TERCEIROS
(ASPECTOS DO INSTITUTO)**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
N.º PATRIM. N. 34.979

ÍNDICE GERAL

<i>Apresentação</i>	VII
---------------------------	-----

PARTE I

O TEMA E OS INSTITUTOS ABORDADOS

<i>Capítulo I — CAPACIDADE DAS PARTES E DO TERCEIRO</i>	3
§ 1.º A intervenção de terceiros e suas espécies	3
Generalidades	3
Espécies de intervenção	7
Assistência	9
Classificação da assistência	10
Assistência simples	11
Assistência litisconsorcial	13
Pedido e procedimento da assistência	14
Oposição	15
Recurso do terceiro prejudicado	20
Da nomeação à autoria	23
Denúnciação da lide	31
Hipóteses legais de denúnciação da lide	34
Procedimento da denúnciação	37
A sentença na denúnciação da lide	42
Chamamento ao processo	43
Intervenção "iussu iudicis"	48
Observação final	51
§ 2.º A capacidade processual e a representação das partes no processo	51
§ 3.º Incapacidade processual e irregularidade da representação ...	62
<i>Capítulo II — SUPRIMENTO DA INCAPACIDADE</i>	66
§ 4.º A regra do art. 13, III, do Código de Processo Civil	66

PARTE II

O PROBLEMA NO DIREITO BRASILEIRO

<i>Capítulo I — DIREITO ANTERIOR</i>	73
§ 5.º O problema até o Código de Processo Civil de 1939	73
Ordenações Filipinas	75

Consolidação das Leis do Processo Civil	78
Regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850	79
Código de Processo Civil de São Paulo	79
Código de Processo Civil do Distrito Federal	79
Código de Processo Civil de Minas Gerais	80
Código de Processo Civil da Bahia	80
Código do Processo Civil e Commercial do Estado do Ceará ..	81
Código Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	81
Código de Processo Civil de 1939	82
§ 6.º O problema no Código de Processo Civil de 1939	83
Código de Processo Civil de 1973	85
<i>Capítulo II — DIREITO VIGENTE</i>	87
§ 7.º O problema no Código de Processo Civil de 1973	87
PARTE III	
A EXEGESE PROPOSTA PARA O ART. 13, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Capítulo I — REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DO DISPOSITIVO</i> ...	91
§ 8.º O momento da verificação da incapacidade e a possibilidade de manutenção do terceiro no processo	91
§ 9.º A desnecessidade de suspensão do processo na fase de admis- sibilidade da intervenção	93
§ 10 A suspensão do processo das partes e a inércia do terceiro ..	95
§ 11 A inércia do representante do terceiro interveniente	101
§ 12 A exclusão do terceiro em confronto com as diversas modali- dades de intervenção	103
A exclusão na assistência	108
A exclusão na oposição	110
A exclusão do terceiro prejudicado	113
A exclusão na nomeação à autoria	115
A exclusão na denunciação da lide	118
A exclusão no chamamento ao processo	123
A exclusão na intervenção "iussu iudicis"	125
§ 13 A exclusão do terceiro: exclusão simples e interdição processual	127
<i>Capítulo II — CONCLUSÕES</i>	132
<i>Bibliografia</i>	137